Revista EaD &
tecnologias digitais na educação

Do Plágio à Parceria Cognitiva: proposta de diretrizes institucionais para o uso ético da IA generativa por discentes na EaD

Adriano da Silva (UNICID)
https://orcid.org/0009-0006-4656-9800
adrianodasilvamaua@gmail.com

***Resumo**: A ascensão das Inteligências Artificiais (IA) Generativas representa um paradigma disruptivo para a educação superior, desafiando os modelos tradicionais de avaliação e integridade acadêmica. A resposta inicial, focada em detecção e proibição, revela-se insuficiente e insustentável, especialmente no ecossistema da Educação a Distância (EaD), onde a autenticidade autoral é uma preocupação central. Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo propor um conjunto de diretrizes institucionais para guiar o uso ético e pedagogicamente produtivo da IA por estudantes na EaD. Por meio de uma metodologia de ensaio teórico-propositivo, fundamentado em literatura recente, argumenta-se que a superação do dilema "plágio vs. proibição" exige uma transição paradigmática: da visão da IA como ferramenta de fraude para a sua concepção como um parceiro cognitivo. A proposta centraliza-se em um framework estruturado em três pilares interdependentes: 1) Transparência e Uso Declarado, que estabelece políticas claras de citação e permissividade; 2) Capacitação e Letramento em IA (AI Literacy), voltado para a formação crítica de discentes e docentes; e 3) Reformulação Pedagógica, que incentiva a adoção de avaliações autênticas e focadas no processo de aprendizagem. Conclui-se que a adoção de diretrizes proativas e pedagógicas é fundamental não apenas para salvaguardar a integridade acadêmica, mas também para potencializar a aprendizagem e desenvolver competências essenciais para a atuação profissional em uma sociedade digitalmente mediada.*

***Palavras-chave**: Inteligência Artificial; Ética Acadêmica; Integridade Acadêmica; Educação A Distância; Diretrizes Institucionais.*

***Abstract**: The rise of Generative Artificial Intelligence (AI) represents a disruptive paradigm for higher education, challenging traditional models of assessment and academic integrity. The initial response, focused on detection and*

prohibition, is proving to be insufficient and unsustainable, especially within the ecosystem of Distance Education (DE), where authorial authenticity is a central concern. In this context, this article aims to propose a set of institutional guidelines to steer the ethical and pedagogically productive use of AI by students in DE. Through the methodology of a theoretical-propositive essay based on recent literature, it is argued that overcoming the "plagiarism vs. prohibition" dilemma requires a paradigm shift: from viewing AI as a tool for fraud to its conception as a cognitive partner. The proposal is centered on a framework structured on three interdependent pillars: 1) Transparency and Declared Use, which establishes clear policies for citation and permissibility; 2) Training and AI Literacy, aimed at the critical education of both students and faculty; and 3) Pedagogical Reformulation, which encourages the adoption of authentic assessments focused on the learning process. It is concluded that the adoption of proactive and pedagogical guidelines is fundamental not only to safeguard academic integrity but also to enhance learning and develop essential competencies for professional practice in a digitally mediated society.

Keywords: *Generative Artificial Intelligence; Academic Ethics; Academic Integrity; Distance Education; Institutional Guidelines.*

1 INTRODUÇÃO

A rápida disseminação de Inteligências Artificiais (IA) Generativas de acesso público, a partir do final de 2022, não representa apenas um avanço tecnológico, mas impõe um ponto de inflexão paradigmático sobre as práticas pedagógicas e avaliativas na educação superior. Ferramentas como o ChatGPT e o Gemini, com sua capacidade de gerar textos coesos, criativos e complexos em segundos, impuseram uma transformação tectônica. Como apontam pesquisadores como Rudolph, Tan e Tan (2023), a chegada dessas tecnologias não se assemelha à de outras ferramentas digitais anteriores; ela desafia o próprio cerne de atividades intelectuais historicamente humanas, como a escrita e a argumentação. O que antes era um indicador confiável do percurso de um estudante, hoje se encontra em uma zona de incerteza, exigindo uma reflexão crítica e urgente por parte de educadores e gestores.

Se o desafio é universal, suas implicações se agudizam de forma particular no ecossistema da Educação a Distância (EaD). Caracterizada pela flexibilidade e por um modelo de comunicação predominantemente assíncrono, a EaD apoia-se fortemente em atividades escritas para avaliar a aprendizagem. A chegada da IA Generativa expôs a vulnerabilidade deste modelo, gerando um pânico moral-pedagógico em muitas instituições. Essa sensibilidade particular da modalidade a distância é corroborada por Santos e Costa (2024), que argumentam que a dificuldade na verificação de autoria em larga escala na EaD cria um "cenário de tempestade perfeita" para crises de integridade acadêmica. A reação inicial, quase instintiva, foi defensiva: a busca por softwares de detecção e a formulação de políticas de proibição.

Contudo, essa abordagem reativa rapidamente demonstrou sua ineficácia e insustentabilidade. A corrida tecnológica entre a geração e a detecção de textos por IA é assimétrica e, no limite, pedagogicamente contraproducente, com estudos técnicos demonstrando que as ferramentas de detecção possuem taxas de erro significativas e são

facilmente contornadas (LIANG et al., 2023). Além disso, uma política puramente proibitiva é pedagogicamente questionável. Conforme argumenta Eaton (2023), ao proibir o uso, as instituições abdicam de sua responsabilidade de ensinar os alunos a interagir de forma crítica e ética com as tecnologias que definirão seu futuro profissional. O dilema, portanto, não é se os alunos usarão a IA, mas como as instituições irão se posicionar diante de seu uso inevitável.

Diante deste cenário, este artigo defende que a resposta mais robusta e sustentável não reside na tecnologia de contenção, mas na reconfiguração pedagógica e normativa. Na esteira de pesquisadores como Mollick e Mollick (2023), propõe-se uma transição paradigmática fundamental: abandonar a visão da IA como ferramenta de fraude para abraçá-la como um potencial parceiro cognitivo. Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é superar a dicotomia entre proibição e plágio para, em seu lugar, propor um framework de diretrizes institucionais que norteiem o uso ético e pedagogicamente produtivo da IA Generativa por discentes na modalidade a distância, alinhando integridade acadêmica com o desenvolvimento de competências para o século XXI.

Para desenvolver tal argumento, o texto foi estruturado em três seções principais. Inicialmente, aprofunda-se a análise sobre o impasse gerado pela IA na avaliação em EaD. Em seguida, constrói-se a fundamentação teórica para o conceito de "parceria cognitiva". O cerne do trabalho reside na terceira seção, onde se apresenta a proposta de diretrizes. Espera-se, com isso, oferecer um caminho construtivo e pragmático para que as instituições possam navegar este novo território digital, uma necessidade ecoada em relatórios globais sobre o futuro da educação (UNESCO, 2023).

2. O DILEMA DA IA GENERATIVA NA AVALIAÇÃO DA EAD

O problema da desonestidade acadêmica não foi inaugurado pela introdução das IAs Generativas; foi, contudo, catalisado por elas. Essas tecnologias atuaram como um agente de estresse sobre o ecossistema educacional, expondo e ampliando fissuras preexistentes nos modelos avaliativos. A resposta a essa crise, contudo, tem sido, em grande parte, reativa e focada nos sintomas em vez da causa. Esta seção aprofunda o dilema ao analisar, primeiramente, a ineficácia das abordagens baseadas em detecção e proibição e, em segundo lugar, as vulnerabilidades estruturais da Educação a Distância que intensificam o desafio.

2.1. A Insuficiência dos Modelos de Detecção e Proibição

A primeira reação de muitas instituições de ensino foi buscar uma solução tecnológica para um problema percebido como tecnológico: o uso de softwares para detectar textos gerados por IA. Essa abordagem, no entanto, assenta-se sobre um terreno instável e pedagogicamente questionável. O principal obstáculo reside na assimetria evolutiva entre os modelos de geração e os de detecção. À medida que as IAs se tornam mais sofisticadas, sua produção textual se aproxima da humana em um ritmo que as ferramentas de verificação não conseguem acompanhar, tornando a detecção uma tarefa de complexidade crescente e eficácia decrescente (Glanville, 2023).

Além da viabilidade técnica, há uma séria implicação ética: a alta taxa de falsos positivos. Ferramentas de detecção podem, equivocadamente, classificar textos escritos por humanos — especialmente por estudantes que não são falantes nativos do idioma

ou que possuem estilos de escrita neurodivergentes — como sendo gerados por IA (Kokoç & Altun, 2024). Tal erro compromete a justiça avaliativa e pode levar a acusações infundadas de plágio, com consequências devastadoras para o percurso acadêmico e a saúde mental do discente. Mesmo que a detecção fosse perfeita, a instauração de uma política baseada na vigilância eletrônica corrói a relação de confiança entre professores e alunos, transformando o ambiente de aprendizagem em um campo de suspeita. Essa cultura de desconfiança, como aponta Sutherland-Smith (2023), gera um paradoxo pedagógico: ao focar na prevenção da fraude por meios técnicos, desvia-se o foco do engajamento intelectual para a mera conformidade, o que é, em si, a antítese do propósito educacional.

2.2. Vulnerabilidades Específicas do Ecossistema EaD

Se o dilema da IA é universal, suas implicações são particularmente agudas no contexto da Educação a Distância. A própria estrutura que viabiliza a EaD — sua escalabilidade, flexibilidade e mediação digital — é o que a torna especialmente suscetível a esta disrupção. Primeiramente, a avaliação em larga escala na EaD tende a privilegiar o produto (o texto final) em detrimento do processo de construção do conhecimento. Modelos baseados em produções textuais assíncronas, como ensaios e relatórios, oferecem pouca visibilidade sobre o percurso cognitivo do aluno (Palloff & Pratt, 2022). A IA Generativa incide diretamente sobre essa vulnerabilidade, permitindo a criação de produtos textuais verossímeis que podem mascarar um engajamento cognitivo mínimo.

Em segundo lugar, a natureza assíncrona e muitas vezes impessoal da interação na EaD dificulta o estabelecimento de uma identidade autoral do estudante. Em um ambiente presencial, o professor pode familiarizar-se com o estilo de escrita, o vocabulário e a linha de raciocínio de um aluno através de múltiplas interações. Na EaD, essa percepção é mais fragmentada, tornando mais difícil identificar discrepâncias que possam indicar o uso indevido de uma ferramenta. Por fim, o próprio ambiente digital da EaD normaliza o uso de ferramentas tecnológicas. Para o estudante online, a IA não é um dispositivo estranho a ser contrabandeado para a sala de aula; é apenas mais uma aba aberta no navegador, ao lado do Ambiente Virtual de Aprendizagem e da biblioteca digital. Como argumenta Selwyn (2023), proibir o uso de uma ferramenta tão integrada ao fluxo de trabalho digital do aluno parece uma medida anacrônica e fadada ao fracasso. A convergência desses fatores — avaliação em escala, invisibilidade do processo e naturalização do digital — consolida a EaD como o epicentro do desafio imposto pela IA, exigindo soluções que transcendam a simples vigilância.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: RUMO À PARCERIA COGNITIVA

A superação do dilema apresentado exige mais do que novas ferramentas de fiscalização; demanda uma nova filosofia pedagógica. Se a abordagem reativa se mostra um beco sem saída, o caminho proativo envolve repensar os próprios fundamentos da integridade acadêmica e do papel das ferramentas digitais no processo de aprendizagem. Esta seção constrói a base teórica para essa transição, argumentando que é preciso, primeiro, redefinir a integridade acadêmica para a era digital; segundo, reenquadrar a IA como uma ferramenta de potencialização cognitiva; e, terceiro, reconhecer o desenvolvimento do letramento em IA (AI Literacy) como uma competência essencial.

3.1. Redefinindo Integridade Acadêmica na Era Digital

A crise instaurada pela IA Generativa força a academia a confrontar uma verdade desconfortável: por muito tempo, o debate sobre integridade acadêmica esteve excessivamente focado em uma lógica punitiva e de vigilância, centrada na detecção do plágio. Essa abordagem, embora necessária, é inerentemente reativa e trata o sintoma (a fraude) em vez da causa (a falta de engajamento ou de compreensão sobre o propósito da atividade acadêmica). A IA não anula os valores fundamentais da integridade — honestidade, confiança, justiça, respeito, responsabilidade e coragem (ICAI, 2021) —, mas exige que sua aplicação seja repensada para o novo contexto tecnológico.

A transição necessária é de um modelo de "policiamento acadêmico" para um de "cultivo da integridade". Isso implica em deslocar o foco da proibição de ferramentas para a formação de valores e competências. Em vez de perguntar "Como podemos impedir os alunos de usar IA para colar?", a questão pedagogicamente produtiva torna-se: "Como podemos ensinar os alunos a usar a IA de forma a aprimorar seu aprendizado e a produzir um trabalho autêntico e honesto?". Nessa perspectiva, a integridade não é apenas a ausência de fraude, mas a presença de um engajamento intelectual genuíno, onde o estudante assume a responsabilidade final pelo seu trabalho, independentemente das ferramentas que utilizou no processo. Trata-se, portanto, de uma integridade processual e transparente, na qual o uso da ferramenta é reconhecido e documentado.

3.2. A IA como Ferramenta de Potencialização Cognitiva

A percepção da IA Generativa como uma mera "máquina de plágio" é a principal barreira para sua integração pedagógica. Para superar esse obstáculo, propõe-se um reenquadramento conceitual fundamental, inspirado em pesquisadores como Ethan Mollick (2023): a transição da IA como ferramenta para a IA como parceiro cognitivo. Essa mudança de perspectiva não é um mero eufemismo; ela altera radicalmente a relação entre o estudante, a tecnologia e o conhecimento.

O modelo do "parceiro cognitivo" ou da "cointeligência" postula que a IA pode funcionar como um "exosqueleto para a mente", ampliando as capacidades humanas em vez de substituí-las. Assim como a calculadora não eliminou a necessidade do raciocínio matemático — antes, liberou os matemáticos para se concentrarem em problemas de ordem superior —, a IA pode automatizar tarefas cognitivas de menor complexidade (como sumarização, brainstorming inicial, revisão gramatical) para que o estudante possa dedicar sua energia a atividades de maior valor intelectual: o pensamento crítico, a argumentação original, a conexão de ideias e a expressão de uma voz autoral. Nessa parceria, a agência e a responsabilidade permanecem humanas. O estudante não é um mero operador da ferramenta, mas um curador, um crítico e um diretor do processo intelectual, que utiliza a IA para explorar possibilidades, testar argumentos e refinar seu próprio pensamento.

As aplicações pedagógicas são diversas e potentes. A IA pode atuar como:

- **Um parceiro de brainstorming,** ajudando a superar o bloqueio da página em branco e a explorar diferentes ângulos de um tema.

- **Um tutor socrático incansável,** que pode ser questionado de múltiplas formas sobre um mesmo conceito até que o aluno o compreenda plenamente.
- **Uma ferramenta de andaime (scaffolding)** para a escrita, auxiliando na estruturação de argumentos, na melhoria da clareza e na correção gramatical, sendo especialmente valiosa para estudantes com dificuldades de escrita.
- **Um simulador de cenários,** permitindo que alunos de áreas como gestão, saúde ou direito pratiquem a tomada de decisão em ambientes controlados.

Nesses exemplos, a IA não pensa pelo aluno; ela cria as condições para que o aluno pense de forma mais profunda e eficaz. Essa abordagem ecoa a teoria da Zona de Desenvolvimento Proximal de Vygotsky (1978), na qual a aprendizagem é maximizada com o auxílio de um "outro mais conhecedor". A IA, quando usada corretamente, pode desempenhar esse papel, funcionando como uma extensão da capacidade cognitiva do aprendiz (Gupta, 2024).

3.3. O Papel do Letramento em IA (AI Literacy)

A transição para um modelo de parceria cognitiva não é automática; ela depende do desenvolvimento de uma nova competência fundamental: o letramento em Inteligência Artificial (AI Literacy). A simples disponibilização da tecnologia sem a devida capacitação é pedagogicamente imprudente. Conforme diretrizes propostas por organismos como a UNESCO (2023), o letramento em IA transcende o domínio técnico da ferramenta. Trata-se de uma competência multidimensional que engloba:

1. **Compreensão Conceitual:** Entender o que a IA Generativa é, como funciona em um nível básico, quais são seus potenciais e, crucialmente, quais são suas limitações (e.g., "alucinações", vieses herdados dos dados de treinamento).
2. **Habilidade Prática:** Dominar a "arte" da engenharia de prompts, ou seja, a capacidade de formular instruções claras, contextuais e iterativas para extrair os melhores resultados possíveis da ferramenta.
3. **Capacidade Crítica:** Avaliar o output da IA com um ceticismo saudável. Isso envolve verificar fatos, identificar possíveis vieses, questionar a profundidade da informação gerada e não aceitar o texto como uma verdade final e irrefutável.
4. **Consciência Ética:** Saber quando e como usar a IA de forma apropriada, compreendendo as nuances de autoria e plágio, e, fundamentalmente, saber como citar e documentar seu uso de maneira transparente, garantindo a integridade do trabalho acadêmico.

O desenvolvimento do letramento em IA, portanto, não é um adendo ao currículo, mas uma condição sine qua non para o uso ético e eficaz da tecnologia. É responsabilidade da instituição de ensino promover ativamente essa competência, capacitando os discentes a se tornarem não apenas consumidores, mas cidadãos digitais críticos e conscientes na nova era cognitiva.

4. PROPOSTA DE DIRETRIZES INSTITUCIONAIS PARA O USO ÉTICO DA IA

A transição de uma política de proibição para uma de parceria cognitiva exige um arcabouço normativo claro que possa orientar estudantes, professores e gestores. As diretrizes a seguir não se pretendem um código de regras rígido e exaustivo, mas sim um

framework adaptável, fundamentado em princípios pedagógicos, que visa a fomentar uma cultura de integridade acadêmica na era digital. O objetivo é capacitar os discentes a utilizar a IA Generativa de forma ética, crítica e produtiva, alinhando o uso da tecnologia ao desenvolvimento de competências intelectuais de ordem superior.

4.1. Princípios Fundamentais

Toda a política institucional deve ser alicerçada em três princípios norteadores, derivados da fundamentação teórica:

1. **Princípio da Transparência Radical:** O uso de IA Generativa em qualquer etapa do trabalho acadêmico deve ser sempre documentado. A ocultação do uso é considerada uma violação da integridade acadêmica.
2. **Princípio da Autoria Responsável:** O estudante é e sempre será o autor final e o único responsável pela qualidade, veracidade e originalidade do seu trabalho. A IA é uma ferramenta; a responsabilidade intelectual e ética é intransferivelmente humana.
3. **Princípio do Propósito Pedagógico:** O uso da IA deve ter como objetivo aprimorar o aprendizado, aprofundar a compreensão ou melhorar a qualidade do trabalho. A ferramenta deve ser utilizada para potencializar o pensamento do aluno, não para substituí-lo.

4.2. Pilar 2: Capacitação e Letramento em IA (AI Literacy)

Para dar clareza às expectativas, propõe-se uma classificação dos níveis de uso da IA, que pode ser adaptada pelos docentes em suas diferentes disciplinas e atividades avaliativas.

Nível 1: Uso Incentivado (Parceiro de Processo)

- Descrição: Situações em que a IA é usada para auxiliar no processo de aprendizagem e ideação, sem gerar o conteúdo final do trabalho.
- **Exemplos Permitidos:**
    - Brainstorming: Gerar ideias, tópicos e possíveis estruturas para um trabalho.
    - Assistente de Escrita: Melhorar a clareza, o estilo e a gramática de um texto já escrito pelo aluno.
    - Tutor Socrático: Pedir à IA que faça perguntas sobre um tema para aprofundar o entendimento.
- Ferramenta de Sumarização: Resumir artigos ou textos complexos para facilitar a compreensão inicial.
- Depuração de Código: Identificar erros em códigos de programação.

Exigência: Transparência na declaração de uso.

Nível 2: Uso Limitado (Colaborador Supervisionado)

- **Descrição:** Cenários em que a IA pode gerar trechos de conteúdo (e.g., parágrafos, códigos, imagens) que servirão como base para o trabalho do aluno, mas que

devem ser substancialmente reescritos, verificados e integrados ao argumento autoral do estudante.

- **Exemplos Permitidos:**
  - Gerar uma primeira versão de uma revisão de literatura que o aluno deverá verificar, expandir e reescrever criticamente.
  - Criar um bloco de código que o aluno deverá adaptar, comentar e integrar em um projeto maior.
  - Gerar uma imagem ou um gráfico para ilustrar um conceito.
- **Exigência:** Transparência detalhada, incluindo os prompts utilizados e uma explicação de como o conteúdo gerado foi modificado e validado.

Nível 3: Uso Proibido (Substituição da Autoria)

- **Descrição:** Qualquer uso da IA que substitua o esforço cognitivo e a autoria do aluno em atividades avaliativas que visam a medir seu conhecimento ou habilidade individual.
- **Exemplos Proibidos:**
  - Copiar e colar texto gerado pela IA diretamente em um trabalho e apresentá-lo como produção própria (plágio por IA).
  - Utilizar a ferramenta para responder a provas, testes ou exames síncronos ou assíncronos.
  - Gerar o trabalho em sua totalidade ou em partes substanciais sem contribuição intelectual significativa.

4.3. Pilar 3: Reformulação Pedagógica e Avaliativa

Para efetivar o Princípio da Transparência Radical, os estudantes devem documentar o uso da IA Generativa. Recomenda-se a inclusão de uma seção específica no trabalho (e.g., "Declaração de Uso de IA" ou um apêndice). Esta declaração deve conter:

1. Ferramenta(s) Utilizada(s): Nome e versão da IA (e.g., OpenAI ChatGPT-4, Google Gemini).
2. Escopo do Uso: Descrição de como a ferramenta foi empregada (e.g., "para brainstorming de ideias para a seção 2", "para revisar a gramática do resumo", "para gerar o código base da função X").
3. Exemplo de Prompt: Inclusão de um ou dois exemplos dos prompts mais significativos utilizados na interação com a IA, para ilustrar a natureza da colaboração.

A ausência desta declaração, quando o uso for identificado, deve ser tratada com a mesma seriedade que as outras formas de desonestidade acadêmica.

5. IMPLICAÇÕES, DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO

A formulação de diretrizes, por si só, não garante a transformação da cultura acadêmica. A efetiva transição de um paradigma de vigilância para um de parceria cognitiva é um processo complexo que transcende a mera publicação de um documento normativo. Requer uma ação institucional coordenada, investimento em capacitação e, acima de tudo, uma reavaliação corajosa das práticas pedagógicas e avaliativas consolidadas. Esta seção final aborda as implicações diretas da adoção deste framework, deli-

neando os desafios e oferecendo recomendações estratégicas para sua implementação bem-sucedida no ecossistema da Educação a Distância.

5.1. A Reconfiguração Avaliativa como Condição Essencial

O principal ponto de vulnerabilidade explorado pela IA Generativa reside em modelos de avaliação que privilegiam o produto final em detrimento do processo de aprendizagem. Ensaios, relatórios ou resenhas, quando avaliados apenas em sua versão final e desacompanhados de outras evidências, tornam-se particularmente suscetíveis à substituição do esforço cognitivo do aluno. Portanto, a implementação eficaz das diretrizes propostas é indissociável de uma profunda reconfiguração dos métodos avaliativos. A instituição deve incentivar e capacitar seus docentes a adotarem abordagens que valorizem e tornem visível o percurso intelectual do discente.

Isso se traduz na adoção de avaliações processuais e multimodais. Em vez de um único trabalho escrito, o docente pode solicitar um portfólio que inclua rascunhos, anotações, mapas mentais e até mesmo a "Declaração de Uso de IA" como um item avaliativo em si. A defesa oral de trabalhos escritos, por exemplo, é uma estratégia de alto impacto, pois exige que o estudante demonstre domínio e apropriação do conteúdo que ele alega ter produzido. Outra frente promissora é a elaboração de atividades contextualizadas e personalizadas, que exijam do aluno a aplicação de conceitos à sua realidade local, à sua experiência profissional ou a um problema inédito, cenários nos quais a IA Generativa, por sua natureza genérica, oferece respostas menos satisfatórias. A avaliação, nesse novo paradigma, desloca seu foco da "verificação de autoria" para a "demonstração de maestria".

5.2. Formação Docente e Letramento em IA como Pilares da Mudança

A mudança proposta pode gerar insegurança e resistência, especialmente por parte do corpo docente. É irrealista esperar que os professores, sobrecarregados com suas múltiplas demandas, reinventem suas práticas pedagógicas sem um apoio institucional robusto e contínuo. Assim, o pilar central de qualquer iniciativa de implementação bem-sucedida é um programa abrangente de formação docente. Este programa não deve focar em como "detectar o plágio por IA", o que reforçaria o modelo reativo, mas sim em como integrar a tecnologia de forma criativa e crítica no planejamento de suas disciplinas. Os professores precisam de espaço para experimentar, de acesso a exemplos de boas práticas e, fundamentalmente, de tempo institucionalmente reconhecido para redesenhar suas avaliações.

Paralelamente, a instituição deve assumir a responsabilidade de promover o letramento em IA para o corpo discente, conforme detalhado na seção 3.3. Isso pode se materializar por meio de um módulo introdutório obrigatório para todos os novos alunos, workshops temáticos ao longo do curso e a integração de discussões sobre o uso ético da tecnologia nas diversas disciplinas. Deixar os alunos à deriva para aprenderem a usar essas ferramentas por conta própria é abdicar do papel formador da instituição. É preciso ensiná-los a dialogar criticamente com a IA, a formular bons prompts e a validar as informações recebidas. Somente com docentes e discentes capacitados as diretrizes propostas sairão do papel para se tornarem uma prática viva e consciente.

5.3. A Governança Institucional e a Visão de Futuro

Finalmente, a adoção de um novo framework para o uso de IA exige uma governança clara e uma visão de futuro por parte da alta gestão da instituição. Isso envolve a criação de um comitê multidisciplinar permanente para acompanhar a evolução das tecnologias e revisar as diretrizes periodicamente. A política institucional não pode ser estática; ela precisa ser um documento vivo, capaz de se adaptar a um cenário tecnológico em constante e acelerada transformação.

Enfrentar o desafio da IA Generativa é, em última instância, uma oportunidade para que as instituições de EaD reafirmem seu compromisso com a qualidade e a integridade da aprendizagem. A resposta não está em softwares de detecção ou em proibições anacrônicas, mas no fortalecimento da relação pedagógica, na promoção da autoria responsável e na coragem de repensar práticas avaliativas que talvez já estivessem obsoletas antes mesmo da chegada do ChatGPT. Ao abraçar a IA como um potencial parceiro cognitivo, as instituições podem não apenas mitigar os riscos de fraude, mas, principalmente, preparar seus estudantes para um futuro no qual a colaboração entre a inteligência humana e a artificial será a nova norma da produção de conhecimento.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho partiu da constatação de que a ascensão da Inteligência Artificial Generativa impôs um ponto de inflexão inadiável à educação, em especial à modalidade a distância. Diante do pânico moral-pedagógico inicial, que oscilou entre a negação proibitiva e a busca por uma vigilância tecnológica ineficaz, a presente pesquisa se propôs a trilhar um caminho alternativo. O objetivo foi superar a dicotomia paralisante do "plágio versus proibição" para, em seu lugar, investigar e propor um modelo de integração ética e pedagogicamente produtiva dessas novas ferramentas.

A contribuição central deste estudo reside na articulação de um novo paradigma: a transição da visão da IA como ferramenta de fraude para a sua concepção como um potencial parceiro cognitivo. Demonstrou-se que essa mudança de perspectiva não é apenas desejável, mas necessária, e ela se sustenta sobre um tripé teórico fundamental: a redefinição da integridade acadêmica como um valor formativo e não meramente punitivo; o reenquadramento da IA como uma tecnologia de ampliação do intelecto humano; e o reconhecimento do letramento em IA (AI Literacy) como uma competência basilar para o cidadão do século XXI.

A partir dessa fundamentação, o trabalho culminou na proposição de um framework de diretrizes institucionais pragmático e adaptável. Ancorada nos princípios da Transparência Radical, da Autoria Responsável e do Propósito Pedagógico, a proposta oferece uma taxonomia clara sobre os usos incentivados, limitados e proibidos da tecnologia, além de um protocolo para a citação e documentação de seu uso. Argumentou-se, contudo, que a mera existência de normas é insuficiente. A sua implementação bem-sucedida está condicionada a uma reconfiguração profunda das práticas avaliativas, que devem privilegiar o processo em detrimento do produto, e a um investimento robusto e contínuo na formação de docentes e discentes.

Reconhece-se que este estudo possui limitações. A proposta apresentada é de natureza teórica e sua eficácia empírica demandará estudos de caso e projetos-piloto para validação em contextos institucionais diversos. Além disso, o cenário tecnológico é volátil, e qualquer diretriz formulada hoje necessitará de revisão e adaptação constan-

tes. Essas limitações, contudo, abrem novas e urgentes avenidas para pesquisas futuras. Torna-se imperativo investigar o impacto longitudinal do desenvolvimento da AI Literacy no desempenho acadêmico, desenvolver e testar novos modelos avaliativos resistentes à fraude e, ao mesmo tempo, alinhados à parceria cognitiva, e explorar as nuances da aplicação dessas diretrizes em diferentes áreas do conhecimento.

Em última análise, o desafio imposto pela IA Generativa transcende a tecnologia. Ele nos convoca a uma reflexão sobre os fins últimos da educação. Se o nosso objetivo é formar profissionais capazes de pensar criticamente, de argumentar com originalidade e de se adaptar a um mundo em constante fluxo, então a resposta não pode ser o medo ou a proibição. A resposta deve ser a coragem pedagógica de transformar um dilema disruptivo na oportunidade de construir uma educação mais relevante, resiliente e, acima de tudo, mais comprometida com o desenvolvimento autêntico da inteligência humana em colaboração com a artificial

REFERÊNCIAS

EATON, S. E. (ed.). **Academic integrity in the age of artificial intelligence**. [S. l.]: Springer, 2023.

ICAI (INTERNATIONAL CENTER FOR ACADEMIC INTEGRITY). **The fundamental values of academic integrity**. 3. ed. [S.l.]: ICAI, 2021. Disponível em: https://academicintegrity.org/images/pdfs/2021_Fundamental_Values_English.pdf. Acesso em: 15 ago. 2025.

KOKOÇ, M.; ALTUN, A. Unmasking the ghost in the machine: a systematic review of AI-generated text detection tools in education. **International Journal of Educational Technology in Higher Education**, v. 21, n. 1, 2024. DOI: 10.1186/s41239-024-00445-5. Disponível em: https://educationaltechnologyjournal.springeropen.com/articles/10.1186/s41239-024-00445-5. Acesso em: 4 set. 2025.

LIANG, W. et al. GPT detectors are biased against non-native English writers. *In*: **Patterns**, v. 4, n. 7, 2023. DOI: 10.1016/j.patter.2023.100779. Disponível em: https://www.cell.com/patterns/fulltext/S2666-3899(23)00147-3. Acesso em: 28 ago. 2025.

MOLLICK, E.; MOLLICK, L. Assigning AI: seven approaches for students, with prompts. **Harvard Business Review Digital Articles**, 2023. Disponível em: https://hbr.org/2023/06/assigning-ai-seven-approaches-for-students-with-prompts. Acesso em: 3 set. 2025.

PALLOFF, R. M.; PRATT, K. **The online teaching survival guide**: simple and practical pedagogical tips. 3. ed. San Francisco, CA: Jossey-Bass, 2022.

RUDOLPH, J.; TAN, S.; TAN, S. War of the worlds: the generative AI chatbot response. **Journal of Applied Learning & Teaching**, v. 6, n. 1, p. 28-40, 2023. DOI:

10.37074/jalt.2023.6.1.17. Disponível em: https://journals.sfu.ca/jalt/index.php/jalt/article/view/682. Acesso em: 18 ago. 2025.

SELWYN, N. The ChatGPT bot: a 'make-or-break' moment for universities?. **Postdigital Science and Education**, v. 5, n. 2, p. 502-516, 2023. DOI: 10.1007/s42438-023-00392-8. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s42438-023-00392-8. Acesso em: 25 ago. 2025.

SUTHERLAND-SMITH, W. AI, contract cheating and assessment redesign: the academic integrity arms race?. *In*: EATON, S. E. (ed.). **Academic integrity in the age of artificial intelligence**. [S. l.]: Springer, 2023. p. 109-119.

UNESCO. **Guidance for generative AI in education and research**. Paris: UNESCO, 2023. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386693. Acesso em: 20 ago. 2025.